



# AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA AS IES DO SISTEMA ACAFE



Novembro - 2005

Corpo Diretivo - ACAPE

Presidente

Gaston Mário Cazamajou Bojarski  
Universidade do Contestado - UnC

Vice - Presidente

Antônio Milioli Filho

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Secretário Executivo

Darcy Laske

Coordenação DO GT Avaliação ACAPE:

Prof. Dra. Amândia Maria de Borba - UNIVALI

Prof. Dra. Cássia Ferri - UNIVALI

Elaboração:

Docentes e especialistas atuantes na área da Avaliação Institucional das  
Instituições do Sistema ACAPE

Adilson Luiz Bulla - UNOESC

Amândia Maria de Borba - UNIVALI

Ana Márcia Martins - UNIVILLE

Ana Maria Hanzan Rigo - UNIPLAC

Anne Marie Scoss - UNESC

Carlos Manuel Reyes - UNOESC

Cássia Ferri - UNIVALI

Cintia Metzger - UNIFEBE

Diva Spezia Ranghetti - UNERJ

Edina Furlan Rampineli - FEBAVE

Elenir Roders Budag - FURB

Eloise T. Neto Simon - UNESC

Elson Quil Cardozo - UNERJ

Emílio Evers Neto - UnC

Fátima Ferretti Tombini - UNOCHAPECÓ

Jadna Lúcia Neves Heinzen - UDESC

Maria Nilcéia Juncklaus Preis - UNISUL

Marta Machado Calegari - UNIPLAC

Mauro Rogério da Silva - FURB

Noeli Salete Sorgatto - UNIDAVI

Sandra Fabris - UNESC

Teresinha Lúcia Waschburger - ACAPE

Elaborar e apresentar os relatórios de auto-avaliação institucional: eis o desafio que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, trouxe para as Instituições de Educação Superior do país.

Tal situação motivou a troca de experiências entre as IES do Sistema ACAPE, que, buscando um encaminhamento comum, por meio de sua Câmara de Graduação, instituiu um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de sistematizar os procedimentos e instrumentos de avaliação institucional exigidos pela legislação.

O GT foi composto por especialistas e técnicos em Avaliação Institucional em atividade nas IES do Sistema ACAPE e realizou reuniões no período de abril a novembro de 2005 para elaborar coletivamente as planilhas e os roteiros que compõem o material apresentado a seguir.

Fruto do esforço coletivo e do comprometimento dos profissionais que compuseram o GT Avaliação Institucional, este trabalho objetiva subsidiar as IES do Sistema ACAPE no constante aperfeiçoamento de seus processos de avaliação institucional e conseqüente alcance de seus objetivos educacionais.

A Avaliação Institucional funda-se nos pressupostos desenvolvidos por Stake (1982), quando discute métodos de avaliação capazes de desenvolver a autonomia da Instituição, pela participação de todos os segmentos que nela atuam. Este método favorece a autocrítica pela interpretação dos problemas e a recomendação de medidas a serem tomadas para o aprimoramento institucional.

Na concepção do SINAES, cabe às próprias Instituições gerar um modelo institucional nos termos de sua missão e, a partir dele, avaliar a Instituição real.

No seu desenho institucional, o SINAES supõe a articulação de diferentes órgãos coordenadores e executores do processo avaliativo e instâncias internas das Instituições de Educação Superior. A implementação do SINAES será uma responsabilidade compartilhada por todos os agentes envolvidos com educação superior no país, seja no Governo, seja nas Instituições, seja na sociedade em geral.

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC é o órgão responsável pela operacionalização dos processos do SINAES para as IES vinculadas ao Sistema Estadual de Educação. Cabe-lhe implementar as deliberações e proposições no âmbito da avaliação da educação superior, bem como emitir parecer a ser encaminhado aos órgãos competentes.

As Comissões Próprias de Avaliação - CPAs são também partes integrantes do SINAES, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de educação superior do País. Estas comissões, no desempenho de suas atribuições, serão responsáveis pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo CEE/SC”<sup>1</sup>, com papel crucial na elaboração e no desenvolvimento de uma proposta de auto-avaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da Instituição.

A auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou Instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza e como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas bem-sucedidas, bem como à percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Tem, como eixo, dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais:

---

<sup>1</sup> O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina assume atribuições a partir do Acordo de Cooperação Técnica assinado com a CONAES em 20 de abril de 2005.

A) avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente Realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional;

B) privilegiar a auto-avaliação como prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

O desenvolvimento do processo deverá atender aos seguintes Princípios:

1. RESPONSABILIZAÇÃO - A Instituição tem na sua essência a responsabilidade de prestar contas, isto é, de responder o porquê do processo. Nesta “prestação de contas”, temos encargos, informações, juízos, recomendações, produzidos na negociação entre as partes envolvidas (VROEIJENSTIJN, 1996). Assim, cabe à avaliação um papel importante no processo de qualidade enquanto responsabilização, sobretudo porque deverá informar como a qualidade está sendo implementada. É uma avaliação profunda, pois envolve o levantamento de indicadores quantitativos e qualitativos, levanta questões, indica caminhos mas dificilmente apresenta resultados, pois essencialmente sinaliza os horizontes da Instituição e media a negociação de conflitos, presentes em todo processo de mudança.

2. NEGOCIAÇÃO - Condição essencial para a construção da qualidade: “a qualidade será especificada pelo resultado das negociações, (...). O ensino superior deve tentar satisfazer todos os desejos, tanto quanto possível, e isso deve estar expresso na formulação de suas metas e objetivos” (VROEIJENSTIJN, 1996:34). A negociação configura-se como um novo paradigma no processo da avaliação, mudando a atitude dos avaliadores de simples técnicos e planejadores para serem mediadores nos processos de negociação dos juízos de valor da realidade apreciada (FIRME, 1994). Este processo culmina com a divulgação dos resultados em seminários internos para a discussão e tomadas de decisões por professores, coordenação e alunos, bem como com a publicação de relatórios retratando fielmente o processo desenvolvido. São imprescindíveis a aceitação e a cooperação de toda comunidade acadêmica, por meio de um diálogo sério e comprometido com possíveis ações transformadoras concretizadas pelo próprio grupo e pelos setores administrativos da Instituição.

3. PARTICIPAÇÃO - O princípio da participação funda-se na idéia do processo de avaliação como possibilidade de induzir formas de aprendizagem no ambiente institucional. O levantamento dos dados conduzido por avaliadores pode oportunizar a participação das pessoas envolvidas com o projeto institucional. Assim os usuários da avaliação aprendem a fazer avaliação junto com os especialistas. A participação permite confrontar os pontos de vista do avaliador com os dos atores, favorecendo a definição de medidas concretas, cuja eficácia é tanto maior quanto elas pertencem a todas as pessoas envolvidas no projeto institucional. Assim, quanto mais participativo for o projeto de auto-avaliação, maior a chance de ser legítimo e reconhecido como instrumento de gestão em todos os níveis da Instituição.

Segundo LEITE (2005:122), “a Avaliação Participativa, envolve discussão e reflexão, uma retórica dialógica permanente sobre o que fazer, como fazer, como fiscalizar a ação (...), ela também pode fazer emergir radicalismos e autoritarismos, pois a palavra avaliação inclui a palavra poder e este poder pode ter diferentes usos.”

4. PUBLICIZAÇÃO - A disposição para a auto-avaliação ser considerada uma cultura institucional impõe que as medidas a serem tomadas a partir dos seus resultados sejam discutidas e conhecidas por todos. Confiança na transparência dos procedimentos e dados obtidos aponta para uma necessária coletivização de processos: ouvir as pessoas, fugir das dualidades classificatórias e divulgar resultados em relatórios compatíveis com todas as audiências envolvidas.

A implementação da avaliação da educação superior, na perspectiva de um sistema nacional, como é a proposta do SINAES, pressupõe a definição de etapas coordenadas para o desenvolvimento das atividades. A questão fundamental desta coordenação é possibilitar que sejam respeitados o ritmo e as especificidades de cada uma das Instituições e, ao mesmo tempo, consolidar uma dinâmica articulada de gestão do SINAES para que possa cumprir sua finalidade de promover a qualidade da educação superior.

A organização do processo de auto-avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. Ao longo deste processo, que tem ritmos institucionais distintos, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e o CEE/SC promoverão interação periódica com as Instituições, que, além de possibilitar comunicação e diálogo, permita eventuais correções de rumos. Desta forma, pretende-se coordenar, supervisionar e dar apoio ao desenvolvimento da avaliação das Instituições.

### 2.1 ETAPA DE PREPARAÇÃO:

A preparação para a implementação da auto-avaliação compreende algumas ações fundamentais:

- A) a constituição da CPA;
- B) a sensibilização interna da Instituição;
- C) os seminários regionais de avaliação promovidos pela ACAPE/CEE e pelo INEP;
- D) o envolvimento da comunidade acadêmica;
- E) a elaboração da proposta de avaliação.

O conhecimento, gerado pelo processo de auto-avaliação e disponibilizado à comunidade institucional, deve ter finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que comprometam a Instituição para o futuro.

A CPA tem por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da Instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES. A ela também cabe sistematizar e disponibilizar informações da Instituição solicitadas pelo CEE/SC.

Uma vez aprovada pelos conselhos superiores da IES, a CPA funcionará de forma autônoma no âmbito de sua competência legal, fazendo ampla divulgação de sua composição e de sua agenda. Ao final do processo de auto-avaliação, a CPA prestará contas de suas atividades às instâncias superiores, apresentando relatórios, pareceres e, eventualmente, recomendações. Concluída a avaliação da Instituição em suas etapas interna e externa, compete à IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas institucionais que o processo avaliativo sugerir.

Planejamento da proposta: Este projeto de Avaliação Institucional parte das diretrizes e orientações contidas nos documentos do SINAES e contempla, entre outras especificidades institucionais, os seguintes aspectos:

- A) definição de finalidades e objetivos da avaliação;
- B) formas de integração da avaliação interna, avaliação de cursos, avaliação de desempenho de estudantes e avaliação externa;
- C) formas de participação da comunidade acadêmica nas instâncias institucionais;
- D) uso dos resultados na definição de políticas institucionais;
- E) cronograma geral de desenvolvimento das atividades avaliativas.

## 2.2 ETAPA DE DESENVOLVIMENTO:

No desenvolvimento da auto-avaliação é importante assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, como também a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. A CPA, em conjunto com as equipes técnicas dos setores da Instituição, vai:

- A) realizar reuniões ou debates de sensibilização;
- B) sistematizar as demandas/idéias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- C) realizar seminários internos para apresentação do SINAES;
- D) apresentar a proposta do processo de avaliação interna da IES com discussões dos dados e resultados;
- E) constituir os grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;
- F) construir instrumentos para coleta de dados, tais como: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- G) definir a metodologia de análise e interpretação dos dados;

- H) definir as condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- I) definir reuniões sistemáticas de trabalho;
- J) elaborar relatórios e encaminhar aos órgãos superiores;
- K) organizar e discutir os resultados com a comunidade acadêmica;
- L) publicar os resultados.

## 2.3 ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO:

Esta etapa refere-se à elaboração, à divulgação e à análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da IES.

A) Relatório: O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e de interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. É fundamental a clareza na comunicação das informações, o formato adequado a cada audiência e o caráter analítico e interpretativo dos resultados, considerando-se a diversidade de leitores. Além disso, é desejável que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

B) Divulgação: A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

C) Balanço crítico: Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando à continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras. Deste modo, o processo de auto-avaliação proporcionará não somente o auto-conhecimento institucional, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

O quadro a seguir apresenta as principais ações para o efetivo desenvolvimento da auto-avaliação, conforme estabelecido nas Diretrizes de Avaliação Institucional<sup>2</sup>.

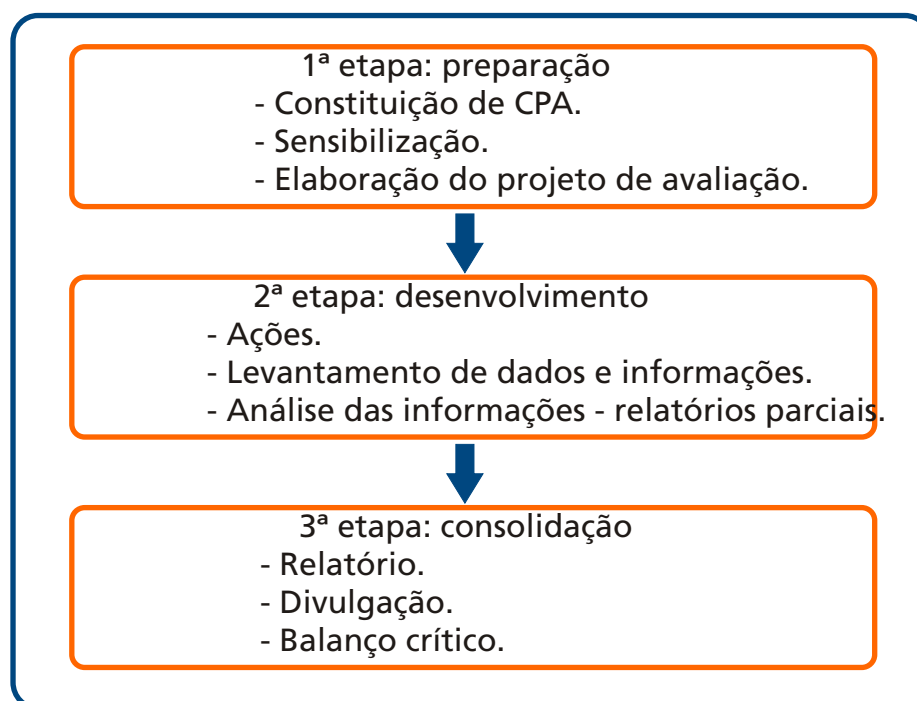


Figura 1 - Etapas da Avaliação Interna

O Art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, indica que a avaliação das IES terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

<sup>2</sup>Documento disponível no site do MEC.

III - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV - A comunicação com a sociedade.

V - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI - Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII - Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

VIII - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, os resultados e a eficácia da auto-avaliação institucional.

IX - Políticas de atendimento aos estudantes.

X - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Essas dez dimensões constituem o caminho metodológico que deverá garantir uma certa unidade nos indicadores avaliados e na essência das informações, de forma que possam também contribuir para análises institucionais no contexto do sistema nacional de educação superior.

O desenvolvimento do processo deverá ser registrado, contendo dados quantitativos e qualitativos e levando em consideração: a validade do processo, o nível de discussão e divulgação dos resultados no interior do curso, as dificuldades na metodologia, o conhecimento adquirido durante o processo, a implementação da cultura de avaliação no curso, a pertinência dos indicadores levantados e as mudanças ocorridas no curso. Considera-se que a auto-avaliação tem caráter global, o que significa analisar os dados levantados numa visão integrada, favorecendo uma leitura ampla das relações que interagem no cotidiano da universidade.

Direcionam este projeto os componentes básicos que norteiam qualquer processo de avaliação de qualidade:

a. Clareza conceitual: A compreensão rigorosa dos fundamentos, dos princípios e da metodologia da Avaliação Institucional. A seleção de indicadores integrados às metas e aos objetivos institucionais, quando avaliados, exige de cada instituição investimentos - de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social. A avaliação institucional é compreendida, neste projeto, como um processo de auto-crítica da Instituição, sinalizando tendências, avanços e dificuldades da Instituição para cumprir sua missão e efetivar a construção de um projeto acadêmico sustentado pelos princípios da ética, transparência, credibilidade e rigor científico, indispensáveis à IES para consolidar a sua responsabilidade social e o seu compromisso científico-cultural. Assim, os resultados das avaliações previstas no SINAES, além de subsidiar as ações internas e a (re)formulação do projeto de desenvolvimento de cada Instituição, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes no que se refere à regulação do sistema de educação superior. O processo de avaliação será centrado em categorias de análise, visando à consecução de metas traçadas no PDI. Se não houver clareza acerca desses pontos, o restante do processo da avaliação corre sério risco de se tornar bastante confuso.

b. Caracterização do objeto da avaliação: Diante das diretrizes emitidas pela CONAES, este projeto é uma descrição abrangente, mas focada nas dez dimensões e categorias de análise detalhadas em indicadores quantitativos e qualitativos capazes de orientar o julgamento da CPAs e dos gestores da IES. Sem tal caracterização, poder-se-ia acabar emitindo julgamentos sobre entidades que, na realidade, jamais existiram. Assim, uma descrição pormenorizada e focada do objeto avaliado evita falsas interpretações.

c. Reconhecimento e representação das “audiências” legítimas: Uma avaliação só será adequada se incluir informações para todas as “audiências” legítimas da avaliação: alunos, professores, egressos, grupos comunitários, mercado etc... As audiências legítimas foram identificadas em cada IES, incluindo seus objetivos ou suas indagações para determinar que dados devem ser coletados (este aspecto acolhe indicadores específicos e particulares da IES). Obviamente, algumas audiências serão mais importantes que outras, fazendo-se necessário uma certa ponderação de suas contribuições. Por outro lado, o relatório de avaliação deverá fornecer informações adequadas a cada uma das audiências interessadas e envolvidas no processo de avaliação institucional.

d. Sensibilidade aos problemas políticos da avaliação: É importante considerar o envolvimento político dos avaliadores e gestores da IES em coletar dados. Há necessidade do apoio das pessoas e dos setores que controlam a fonte dos dados. É preciso chegar, logo de início, a um acordo sobre questões como o acesso a dados com respectivas fontes e a garantias contra o mau uso dos dados da avaliação. A equipe técnica da Avaliação Institucional e a CPA devem assegurar formas para corrigir erros fatuais nos relatórios da avaliação sem comprometer a própria avaliação. Essas questões surgem em quase todo processo de avaliação e quanto mais explicitamente forem tratadas, tanto mais provável que a avaliação sobreviva às pressões políticas.

e. Especificação das necessidades e fontes de informação: O projeto, em sua metodologia, deve explicitar com precisão as informações (planilhas, dados, índices), bem como as fontes respectivas. Nenhuma avaliação pode depender de uma abordagem aleatória e dispersa para coletar dados. Os dados coletados em determinado período, quando devidamente organizados, favorecerão análises comparativas e relevantes para a tomada de decisões nos diversos níveis da administração superior.

f. Abrangência: Segundo estudiosos em avaliação, uma boa avaliação não inclui apenas todos os efeitos principais, como também cria condições para analisar efeitos colaterais das ações institucionais e antecipar possíveis conseqüências de projetos inovadores (impactos, custos, mérito e relevância).

g. Adequação técnica: O mérito e a relevância de um processo de avaliação dependem da construção e seleção de instrumentos adequados à realidade institucional, levando em consideração sua cultura, porte e experiência em avaliação. Há de se considerar o desenvolvimento de planos apropriados de amostragem e da escolha e aplicação corretas de técnicas para conversão e análise de dados. Sem conhecimento e controle dos instrumentos de trabalho, os avaliadores têm pouca probabilidade de conseguir resultados que satisfaçam os critérios de validade, precisão e objetividade. Portanto, a equipe de avaliadores da Instituição deve contar com o apoio de estatísticos e especialistas em análises técnico-administrativas, acadêmicas e econômico-financeiras a fim de procederem análises mais pertinentes ao planejamento da IES.

h. Consideração dos custos: A equipe responsável pelo projeto deve chamar a atenção dos responsáveis pelos projetos educacionais, para aspectos e questões de identificação dos custos financeiros, humanos ou de tempo, associados aos projetos que operam.

i. Padrões/critérios explícitos: O relatório de avaliação, ao ser elaborado, deve traduzir uma declaração dos critérios ou padrões que foram usados para julgar as ações institucionais, os avanços e as limitações do seu PDI e PPI, sinalizando aos gestores os pontos frágeis e fortes da política institucional.

j. Julgamentos e/ou recomendações da CPA: A única razão para insistir em padrões ou critérios explícitos é a de que são eles os ingredientes básicos para a produção de julgamentos e recomendações. A responsabilidade do avaliador não se encerra com a coleta, a análise e o relato dos dados. Os dados não falam por si mesmos. A CPA que conhece bem os dados está em melhor posição para conseguir julgar se o projeto é eficiente ou ineficiente, válido ou não. Emitir julgamentos e recomendações é parte essencial da tarefa do avaliador.

Esses elementos básicos que norteiam um processo de avaliação de qualidade, associados aos objetivos, princípios e metodologia configuram uma política de avaliação institucional que pode promover a educação superior, qualificando a formação humanista, voltada ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento profissional, a produção e a socialização do conhecimento e a responsabilidade social das IES.

1. Capa
2. Contracapa
3. Nominata dos membros da Administração Superior
4. Nominata dos membros da CPA
5. Apresentação (pelo(a) reitor(a) e/ou presidente da CPA)
6. Tabelas de quadros, gráficos, figuras.
7. Sumário
  
8. Missão e plano de desenvolvimento institucional
  - 8.1 Missão, objetivos, diretrizes e finalidades da Instituição.
  - 8.2 Contexto histórico e socioeconômico (breve relato da inserção da IES na sua área de abrangência).
  - 8.3 Compromissos assumidos (Objetivos/metasp a curto e médio prazos, retirados do PDI) pela IES.
  - 8.4 Políticas Institucionais (descrever de forma sintética os processos em desenvolvimento na forma de programas e projetos. Este texto deverá ser representativo do que a IES sistematiza em seu PPI).
  - 8.5 Perfil do ingressante (síntese dos dados do perfil dos calouros da IES levantados no período previsto pelo relatório - ver modelo perfil ENADE/ Acafe).
  - 8.6 Perfil do egresso (síntese dos dados do perfil dos egressos da IES levantados no período previsto pelo relatório - ver modelo perfil ENADE).
  - 8.7 Relação dos principais projetos e programas institucionais/parcerias em desenvolvimento considerados estratégicos e inovadores pela IES.
  - 8.8 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 1.
  
9. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.
  - 9.1 Perfil de formação (descrição do perfil de formação definido no PPI);
  - 9.2 Projeto Pedagógico dos cursos (a) síntese descritiva dos fundamentos de educação, ensino, aprendizagem, avaliação assumidos pela IES; b) principais resultados da avaliação do ensino quanto à organização didático-pedagógica e novas tecnologias; c) formas de participação dos alunos e professores no desenvolvimento do projeto

pedagógico; d) resultados do ENADE e da avaliação do ensino na IES e suas formas de divulgação, e) pareceres de avaliações externas dos cursos realizadas no período do relatório de auto-avaliação; f) formas e número de processos de alterações curriculares dos cursos visando à flexibilidade curricular).

#### 9.2.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 2.1

9.3 Políticas para a pesquisa (apresentação da política de pesquisa: breve histórico, importância, áreas prioritárias, participação docente e discente, fontes de fomento e impacto dos resultados obtidos - Incluir tabelas quantitativas);

#### 9.3.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 2.2

9.4 Políticas para a extensão (apresentação da política de extensão: breve histórico, importância, áreas prioritárias, participação docente e discente, fontes de fomento, projetos de prestação de serviços e outros voltados ao desenvolvimento profissional, de geração de empregos e de rendas para a região e relevância das atividades desenvolvidas para a comunidade - Incluir tabelas quantitativas);

#### 9.4.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 2.3

9.5 Políticas para a pós-graduação (apresentação da política de pós-graduação: breve histórico, importância, áreas prioritárias, credenciamento dos cursos pela CAPES/CEE, titulação docente que atua na área, plano de capacitação docente e técnico-administrativo, fontes de fomento para publicação e participação em eventos científicos e integração com a graduação - Incluir tabelas quantitativas);

#### 9.5.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 2.4

10. Responsabilidade Social (a) breve relato sobre o compromisso e áreas prioritárias da IES no que se refere a sua responsabilidade social; b) relação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento social da área de abrangência da IES; c) quadro demonstrativo dos convênios firmados entre a IES e Instituições públicas e privadas para a oferta de cursos e serviços voltados ao desenvolvimento regional; d) histórico do acesso e permanência de alunos e funcionários portadores de necessidades especiais, bolsas e acompanhamento; e) quadro demonstrativo dos programas de bolsas e financiamento estudantil; f) relação de projetos voltados à educação ambiental e à preservação da memória e do patrimônio cultural da região).

#### 10.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 3

11. Comunicação com a sociedade (relacionar informações sobre a forma como a IES se comunica com a sociedade, públicos-alvo, quadro demonstrativo dos intercâmbios e das parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, prestação de serviços e outros, relação de materiais utilizados e meios digitais).

#### 11.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 4

12. Políticas de pessoal, carreira do corpo docente e técnico-administrativo (apresentação de resultados de pesquisa sobre clima institucional e quadros demonstrativos de pessoal docente e técnico-administrativo - ver tabelas)

## 12.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 5

13. Organização da gestão da IES (breve descrição sobre a estrutura organizacional da IES, forma de gestão e indicação de dirigentes, índice de participação dos diversos segmentos na gestão colegiada, sistemática de planejamento estratégico da IES, fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional);

### 13.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 6

14. Infra-estrutura física (quadros demonstrativos da infra-estrutura física e de equipamentos, resultados de avaliação de docentes e discentes sobre a infra-estrutura física e de equipamentos, breve descrição da política de aquisição, manutenção e segurança do espaço físico e dos equipamentos).

### 14.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 7

15. Planejamento e avaliação (descrição da sistemática, princípios, metodologia, objetivos da avaliação institucional da IES e uso dos resultados para o planejamento geral da IES, dos centros, departamentos e cursos);

### 15.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 8

16. Políticas de atendimento a estudantes e egressos (a) formas de ingresso; b) quadros estatísticos demonstrativos das relações entre acesso e permanência, c) relação das políticas de permanência: bolsas, acompanhamento psicopedagógico, estágios, extensão, eventos e intercâmbios; d) acesso dos estudantes aos dados acadêmicos: guias, agendas, editais, convênios, e-mail, sites, alojamentos, legislação acadêmica etc.; e) oferta de cursos e eventos para os egressos; f) quadro demonstrativo da produção discente).

### 16.1 Planilha avaliativa da CPA - Dimensão 9

17. Sustentabilidade Financeira (descrição da situação econômico-financeira no período do relatório, demonstrando viabilidade, dificuldades e condições de manutenção e investimentos).

### 17.1 Planilha avaliativa da CPA Dimensão -10

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
1.1 Missão	Análise Documental		
1.2 Objetivos/Finalidades	Análise Documental		
1.3 Diretrizes	Análise Documental		
1.4 Compromissos da IES	Análise Documental		
1.5 Contexto Socioeconômico	Análise Documental		
1.5 Definição das Políticas Institucionais no PPI	Análise Documental		
1.6 Perfil do Ingressante	Entrevista estruturada		
1.7 Perfil do Egresso	Entrevista estruturada		
1.8 Apropriação do PDI-PPI pela comunidade	Entrevista estruturada		
1.9 Projetos, Programas e Regulamentos em Desenvolvimento.	Análise Documental		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
1.1.1 Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais.						
1.2.1 Clareza na definição dos objetivos institucionais.						
1.2.2 Tradução dos objetivos institucionais em ações na realidade institucional.						
1.3.1 Sintonia das diretrizes institucionais com o PDI e PPI da Instituição.						
1.4.1 Efetivação da expansão descrita no PDI coerente com a realidade institucional.						
1.4.2 Articulação dos fundamentos descritos no PDI e PPI com as práticas institucionais.						
1.4.3 Participação efetiva dos dirigentes da Instituição (mantida) na construção, implementação e revisão periódica do PDI.						
1.5.1 Sintonia entre as políticas definidas no PPI e os programas e projetos em desenvolvimento pela IES.						
1.6.1 Identificação do perfil dos ingressantes pelos gestores e professores.						
1.7.1 Existência de uma base de dados de informações atualizadas sobre os egressos.						
1.7.2 Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos.						
1.7.3 Retorno do egresso da graduação para cursos de pós-graduação.						
1.8.1 Grau de conhecimento e apropriação do PDI e PPI pela comunidade acadêmica.						
1.9.1 Coerência entre programas/projetos em desenvolvimento e as metas traçadas no PDI.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 1:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 1:
Recomendações da CPA:

**DIMENSÃO 2.1 - A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAIS**

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES					
		Documentos	Setores/Pessoas				
2.1.1 Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e sequenciais	Análise documental	Projetos Pedagógicos dos cursos, PPI, PDI, relatórios do ENADE e relatórios de avaliação do ensino.					
2.1.2 Inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias	Análise documental	Projetos Pedagógicos dos cursos, PPI, PDI, relatórios do ENADE e relatórios de avaliação do ensino.					
2.1.3 Participação dos docentes e discentes no desenvolvimento do projeto pedagógico.	Questionários						
2.1.4 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem.	Análise documental e estatística.	Relatórios do ENADE, relatórios de avaliação do ensino.					
GRUPO DE INDICADORES		ESCALA					
		5	4	3	2	1	NA
2.1.1.1 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos com o PDI, o PPI e a missão da Instituição (Os PPs retratam os mesmos fundamentos, princípios e diretrizes dos documentos institucionais).							
2.1.1.2 Explicitação das concepções de currículo, aprendizagem, ensino e avaliação.							
2.1.1.3 Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazos no ensino de graduação e sequenciais.							
2.1.1.4 Explicitação das competências definidas no perfil do egresso.							
2.1.1.5 Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).							
2.1.1.6 Coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso.							
2.1.1.7 Mecanismos de atualização e revisão sistemática dos currículos.							
2.1.2.1 Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino.							
2.1.2.2 Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial.							
2.1.3.1 Apropriação do PP dos cursos pelos docentes.							
2.1.3.2 Apropriação do PP dos cursos pelos discentes.							
2.1.4.1 Processo sistemático de levantamento dos resultados de desempenho docente, discente, da organização didático-pedagógica e da infra-estrutura para o ensino.							
2.1.4.2 Uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades do ensino.							
2.1.4.3 Divulgação dos resultados de avaliação para a comunidade acadêmica.							

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

## DIMENSÃO 2.2 - A POLÍTICA PARA A PESQUISA

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
2.2.1 Política institucional de pesquisa e formas de sua operacionalização.	Análise documental e estatística / Questionário		
2.2.2 Política Institucional de Iniciação científica e formas de sua operacionalização.	Análise documental e estatística / Questionário		
2.2.3 Envolvimento e participação do corpo docente.	Análise documental e estatística / Questionário		
2.2.4 Envolvimento e participação do corpo discente.	Análise documental e estatística / Questionário		
2.2.5 Fontes de fomento.	Análise documental e estatística / Questionário		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
2.2.1.1 Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.						
2.2.1.2 Definição de eixos e linhas de pesquisa institucionalmente prioritárias.						
2.2.1.3 Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da IES.						
2.2.1.4 Existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.						
2.2.1.5 Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.						
2.2.1.6 Promoção do intercâmbio científico e tecnológico de docentes e discentes da IES com outras IES e Instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.						
2.2.2.1 Mecanismos de incentivo à participação discente na elaboração e execução de projetos de pesquisa.						
2.2.2.2 Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.						
2.2.2.3 Coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PP dos cursos.						
2.2.3.1 Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica ( atribuição de carga horária)						
2.2.3.2 Apresentação pelos docentes de resultados em eventos científicos.						
2.2.3.3 Captação de recursos para viabilizar a execução de projetos apresentados e ou orientados pelos docentes.						
2.2.4.1 Participação em editais para aprovação de projetos de pesquisa discente.						
2.2.4.2 Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.						
2.2.4.3 Participação voluntária de alunos com estímulos institucionais em projetos de pesquisa						
2.2.5.1 Recursos da entidade mantenedora, através de rubrica específica.						
2.2.5.2 Apresentação de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.						
2.2.5.3 Fontes de fomento oriundas de outras entidades de natureza diversa.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

## DIMENSÃO 2.3 - A POLÍTICA PARA A EXTENSÃO

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
2.3.1 Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização.	Análise documental e estatística / Questionário		
2.3.2 Relevância das atividades de extensão na comunidade.	Análise documental e estatística / Questionário		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
2.3.1.1 Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.						
2.3.1.2 Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da IES.						
2.3.1.3 Integração das atividades de extensão com as de ensino e pesquisa.						
2.3.1.4 Envolvimento de docentes nas atividades de extensão.						
2.3.1.5 Envolvimento de discentes nas atividades de extensão.						
2.3.1.6 Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a IES.						
2.3.2.1 Desenvolvimento de projetos voltados para a comunidade com o detalhamento dos benefícios alcançados.						
2.3.2.2 Resultados de projetos que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população.						
2.3.2.3 Resultados de projetos que propiciaram benefícios no desenvolvimento profissional e na geração de empregos e de rendas.						
2.3.2.4 Desenvolvimento de projetos com resultados tecnológicos inovadores para a ampliação da produtividade nas diversas áreas do mercado de trabalho.						
2.3.2.5 Resultados de projetos de extensão que propiciaram melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino.						

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

## DIMENSÃO 2.4 - A POLÍTICA PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
2.4.1 Políticas Institucionais de Pós-Graduação	Análise documental e estatística / Questionário		
2.4.2 Integração entre graduação e pós-graduação	Análise documental e estatística / Questionário		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
2.4.1.1 Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do PDI.						
2.4.1.2 Reconhecimento e credenciamento dos cursos de pós-graduação pelos órgãos competentes (CAPES, CEE).						
2.4.1.3 Produção científica compatível com os objetivos e as linhas de pesquisa dos cursos.						
2.4.1.4 Mecanismos de divulgação da produção científica.						
2.4.1.5 Apoio à participação docente em eventos científicos.						
2.4.1.6 Atuação profissional de egressos na sua área de formação.						
2.4.2.1 Atuação dos docentes da pós-graduação no ensino de graduação.						
2.4.2.2 Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação.						

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 2:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 2:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
3.1 Política de integração da IES com o setor público, o mercado de trabalho e Instituições culturais e educativas de todos os níveis;	Análise documental, Entrevistas;		
3.2 Política Institucional de Inclusão Social;	Análise Documental		
3.3 Política de Desenvolvimento econômico social			
3.4 Política de defesa do meio ambiente e memória cultural.	Análise documental; Entrevistas.		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
3.1.1 Existência de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento social da comunidade.						
3.1.2 Existência de programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.						
3.1.3 Existência de programas e projetos de ensino para o desenvolvimento social da comunidade.						
3.1.4 Existência de convênios com Instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.						
3.1.5 Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e as finalidades da IES.						
3.1.6 Grau de conhecimento da comunidade das ações da IES voltadas para o desenvolvimento social.						
3.1.7 Oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e do desenvolvimento regional.						
3.1.8 Impacto das atividades da IES nos ambientes interno e externo.						
3.2.1 Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais.						
3.2.2 Mecanismos de acesso e permanência de docentes portadores de necessidades especiais.						
3.2.3 Mecanismos de acesso e permanência de funcionários portadores de necessidades especiais.						
3.3.1 Concessão de bolsas.						
3.3.2 Existência de fontes de financiamento estudantil.						
3.4.1 Desenvolvimento de projetos e ações de educação ambiental.						
3.4.2 Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e do patrimônio cultural da região.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 3:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 3:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
4.1 Sistemas de comunicação e informação da IES com as comunidades interna e externa.	Análise Documental Pesquisa de opinião		
4.2 Imagem pública.	Análise documental Pesquisa de opinião		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
4.1.1 Existência de informações em meios digitais (página da IES, dos cursos, portais, intranet, internet e outros).						
4.1.2 Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).						
4.1.3 Existência de informações em rádio e TV.						
4.1.4 Adequação dos mecanismos de comunicação institucional às metas, objetivos e finalidades da IES.						
4.2.1 Representação da IES em entidades públicas e privadas.						
4.2.2 Intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, projetos, prestação de serviços e outros.						
4.2.3 Presença da IES na mídia.						

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 4:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 4:
Recomendações da CPA:



## DIMENSÃO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO).

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
5.1 Plano de Carreira Docente			
5.2 Plano de Carreira Técnico-administrativo			
5.3 Qualificação Profissional			
5.4 Clima Institucional			
5.5 Estrutura de Poder			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
5.1.1 Articulação entre o Plano de Carreira Docente e as políticas de gestão de pessoal.						
5.1.2 Relação adequada entre docentes de tempo integral e docentes horistas.						
5.1.3 Envolvimento dos docentes em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.						
5.2.1 Articulação entre o Plano de Carreira Técnico-administrativo e as políticas de gestão de pessoal.						
5.2.2 Relação adequada entre técnico-administrativos de tempo integral e técnico-administrativos horistas.						
5.3.1 Ações voltadas à avaliação dos funcionários técnico-administrativos.						
5.3.2 Apoio à capacitação dos funcionários técnico-administrativos.						
5.3.3 Programas e ações voltados para acompanhamento do trabalho docente.						
5.3.4 Apoio à capacitação docente.						
5.4.1 Satisfação dos docentes em relação ao seu desenvolvimento profissional.						
5.4.2 Satisfação dos funcionários técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.						
5.4.3 Satisfação dos docentes em relação às condições de trabalho.						
5.4.4 Satisfação dos funcionários técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.						
5.5.1 Participação dos docentes nos órgãos colegiados.						

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 5:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 5:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
6.1 Planos de gestão, objetivos e metas	Análise documental		
6.2 Órgãos colegiados	Análise documental e entrevista semi-estruturada		
6.3 Gestão estratégica	Análise documental e entrevista semi-estruturada		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
6.1.1 Coerência entre o planejado e o executado de acordo com o PDI e o PPI.						
6.1.2 Adequação da estrutura organizacional aos planos, objetivos e metas da IES.						
6.1.3 Adequação dos sistemas de comunicação, registros e arquivos às necessidades do planejamento da IES.						
6.1.4 Acesso da comunidade universitária à legislação institucional.						
6.1.5 Organização e condução dos processos de tomada de decisões.						
6.1.6 Fluxo adequado de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional.						
6.2.1 Participação dos diversos segmentos nos órgãos colegiados.						
6.2.2 Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.						
6.2.3 Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados.						
6.2.4 Divulgação da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária.						
6.3.1 Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e os objetivos institucionais.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 6:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 6:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
7.1 Políticas de ampliação, manutenção e segurança do espaço físico.	Análise documental		
7.2 Políticas de aquisição, manutenção, atualização e segurança de equipamentos.	Análise documental		
7.3 Política de aquisição de acervo e de acesso à biblioteca.	Análise documental		
7.4 Infra-estrutura adequada aos laboratórios e às necessidades de ensino	Análise documental		
7.5 Instalações sanitárias adequadas ao número de alunos.	Verificação <i>in loco</i>		
7.6 Adaptação da estrutura física aos portadores de necessidades especiais (PNE).	Análise documental		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
7.1.1 Adequação do espaço físico às atividades de ensino.						
7.1.2 Adequação do espaço físico às atividades de extensão.						
7.1.3 Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.						
7.1.4 Manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos.						
7.1.5 Coerência da ampliação do espaço físico com as metas do PDI.						
7.1.6 Existência e adequação de espaço de convívio acadêmico.						
7.1.7 Satisfação da comunidade acadêmica quanto à infra-estrutura.						
7.2.1 Adequação dos equipamentos às atividades de ensino.						
7.2.2 Adequação dos equipamentos às atividades de pesquisa.						
7.2.3 Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.						
7.2.4 Manutenção e conservação adequadas dos equipamentos.						
7.2.5 Coerência da ampliação e atualização dos equipamentos com as metas do PDI.						
7.2.6 Acesso pelos professores aos equipamentos/recursos de informática.						
7.2.7 Acesso pelos acadêmicos aos equipamentos/recursos de informática.						
7.2.8 Adequação dos equipamentos/recursos dos laboratórios em qualidade (funcionalidade/atualização).						
7.2.9 Adequação dos equipamentos/recursos dos laboratórios em quantidade.						
7.3.1 Satisfação dos usuários da biblioteca em relação ao espaço físico para estudo e pesquisa.						
7.3.2 Sistema informatizado para pesquisa (acervo, bases de dados, bibliotecas virtuais, etc.).						
7.3.3 Adequação do espaço e do mobiliário para os estudos individuais e em grupo						
7.3.4 Segurança do ambiente interno (iluminação, ventilação, climatização etc.) .						
7.3.5 Adequação dos critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.						
7.3.6 Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos.						
7.4.1 Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes.						
7.4.2 Adequação dos critérios para compra e manutenção de equipamentos dos laboratórios às necessidades dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.						
7.5.1 Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.						
7.5.2 Conservação e manutenção das instalações sanitárias.						
7.5.3 Materiais essenciais de higiene pessoal.						
7.6.1 Adequação dos espaços físicos aos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.).						
7.6.2 Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais.						

Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 7:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 7:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
8.1 Adequação do planejamento geral	Análise documental		
8.2 Efetividade do planejamento geral	Análise documental		
8.3 Relação do planejamento geral com o Projeto Político Pedagógico de Graduação e os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos	Análise documental		
8.4 Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento geral	Análise documental Entrevista estruturada		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
8.1.1 Articulação do Plano geral com o contexto socioeconômico no qual a Instituição está inserida						
8.1.2 Previsão de ações para a melhoria contínua da Instituição						
8.1.3 Coerência do plano geral com o perfil dos egressos						
8.2.1 Alcance das metas projetadas						
8.3.1 Relação do PPI com o PPP da Graduação						
8.3.2 Relação do PPI com os PPP dos Cursos						
8.4.1 Programa de avaliação institucional antes do SINAES						
8.4.2 Divulgação dos resultados dos relatórios da avaliação interna para a comunidade						
8.4.3 Ações e mudanças imediatas como resultado do processo de avaliação interna						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
9.1 Política de acesso (formas de ingresso, índices de matrícula, reingresso, transferências externas, bolsas).	Análise documental Entrevista semi-estruturada Análise estatística dos dados		
9.2 Política de permanência dos estudantes na IES: financiamento de estudos, acompanhamento psicopedagógico.	Análise documental Entrevista semi-estruturada Análise estatística dos dados		
9.3 Participação dos estudantes nas atividades acadêmicas (eventos, iniciação científica, intercâmbios, estágios, extensão e órgãos colegiados).	Análise documental Análise estatística		
9.4 Acompanhamento aos egressos	Questionário		
9.5 Política de acesso aos dados, às informações e aos registros acadêmicos.	Análise documental		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
9.1.1 Relação adequada entre o número de vagas/cursos oferecidos pela IES e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).						
9.1.2 Critérios de seleção e matrícula.						
9.1.3 Relação adequada entre matrículas e vagas oferecidas pelos cursos (dados: nº matrículas, trancamento, reingresso, transferências, nº médio de alunos por turma/curso).						
9.2.1 Relação compatível de alunos beneficiados com bolsas no período da avaliação e as metas propostas no PDI. ( nº de bolsas).						
9.2.2 Critérios para a seleção de bolsistas e a operacionalização desta seleção.						
9.2.3 Funcionamento de programas voltados ao acompanhamento psicopedagógico dos alunos.						
9.2.4 Oferta de programas de nivelamento.						
9.2.5 Oferta de programas de orientação e encaminhamento profissional.						
9.3.1 Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).						
9.3.2 Participação discente nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela IES (nº de alunos participantes e de eventos realizados).						
9.3.3 Oferta de meios de divulgação de trabalhos e produção discente (jornais, revistas, anais dos eventos)						
9.3.4 Participação dos alunos em órgãos de representação universitária.						
9.4.1 Disponibilidade de canais de comunicação sistemática com os egressos.						
9.4.2 Oferta de cursos e atividades voltados para a formação continuada dos egressos.						
9.5.1 Oferta de serviços de informação e ajuda específica ao aluno: estágios, alojamentos, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.						
9.5.2 Disponibilidade de informações sobre legislação acadêmica.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 9:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 9:
Recomendações da CPA:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	METODOLOGIA	FONTES	
		Documentos	Setores/Pessoas
10.1 Política Orçamentária (contempla os Índices Clássicos da Contabilidade)	Análise Documental (vertical e horizontal)	Planilhas contábeis/ orçamento	
10.2 Política de Aplicação de Recursos – Índices de Liquidez	Análise Documental, observando as fórmulas abaixo: Liquidez Imediata Disp/PC, quanto maior, MELHOR Liquidez Seca AC-Est/PC, quanto maior, MELHOR Liquidez Corrente AC/PC, quanto maior, MELHOR Liquidez Geral AC + RLP/PC + ELP, quanto maior, MELHOR	Balanco patrimonial do último exercício social já encerrado	
10.3 Política de Aplicação de Recursos – Índices de Estrutura. Imobilização do Patrimônio Líquido	Análise documental observando as fórmulas abaixo: Imobilização Patrimônio Líquido AP/PL. Quanto menor, MELHOR Aplicação depreciação Invest/Dep Quanto maior, melhor Aplicação em melhorias e reformas Mant/Dep Quanto maior, melhor	Balanco patrimonial do último exercício social já encerrado PDI (Plano Diretor de Expansão Física).	
10.4 Política de Recursos Humanos: desenvolvimento, capacitação, salários e obrigações trabalhistas.	Análise Documental	Plano de Carreiras e salários. Quadro demonstrativo de docentes e funcionários (regime de carga horária de trabalho/ titulação e em capacitação) Documentos comprobatórios de pagamento e recolhimento dos encargos sociais. Orçamento com destinação de verba à capacitação, bem como a comprovação da aplicação da mesma. Plano de Capacitação de Docentes e Funcionários Demonstrativos da execução orçamentária. Certidões negativas de débitos fiscais e tributários.	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	5	4	3	2	1	NA
10.1.1 Orçamento anual compatível com metas traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.						
10.1.2 Execução orçamentária compatível com a proposta orçamentária anual						
10.1.3 Fluxo de Caixa compatível com a execução orçamentária						
10.1.4 Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.						
10.1.5 Adequação dos investimentos em segurança pessoal, física e intelectual.						
10.2.1 Liquidez Imediata = mostra o quanto se dispõe imediatamente para saldar dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00.						
10.2.2 Liquidez Seca = mostra a capacidade de pagamento da Instituição a curto prazo para cada R\$ 1,00, excluindo os estoques						
10.2.3 Liquidez Corrente = mostra a capacidade de pagamento da Instituição a curto prazo para cada R\$ 1,00.						
10.2.4 Liquidez Geral = mostra a capacidade de pagamento total da Instituição a longo prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (curto e longo prazos) relacionando-se com tudo o que já se assumiu como dívida (curto e longo prazos) para cada R\$ 1,00.						
10.3.1 Imobilização Patrimônio Líquido (AP/PL). Quanto menor, melhor.						
10.3.2 Participação de Capital de Terceiros (PC + ELP/PL). Quanto menor, melhor						
10.3.3 Provisionamento e aplicação de recursos de depreciação para investimentos .						
10.3.4 Adequação do espaço físico às demandas da Instituição: salas de aula, biblioteca, laboratórios, cantinas, livrarias etc .						
10.3.5 Investimentos na ampliação do espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.						
10.3.6 Adequação entre as necessidades de manutenção e conservação e os recursos destinados para ensino, pesquisa e extensão.						
10.3.7 Investimento em previdência complementar.						
10.4.1 Existência de Plano de Cargos e Salários e a sua aplicação.						
10.4.2 Cumprimento das obrigações trabalhistas.						
10.4.3 Regularidade no pagamento de salários nos últimos 6 (seis) meses.						
10.4.4 Existência de programas para capacitação de docentes e técnico-administrativos .						
10.4.5 Comprometimento da folha de pagamento (salário + encargos + terceiros) em relação a receita bruta.						
10.4.6 Projeção de fluxo de caixa futuro com pessoal (5 anos) considerando-se variáveis de mercado.						
10.4.7 Rotatividade Docente e Técnico Administrativo.						
10.4.8 Absenteísmo Docente e Absenteísmo Técnico Administrativo.						

*Escala: 5 Evidência Completa 3 Evidência Parcial 1 Sem Evidência NA Não se aplica*

#### Legenda de Formulários (Dados disponíveis em Relatórios Contábeis)

D = Disponível

Est = Estoques

RLP = Ativo Realizável a longo prazo

AP = Ativo Permanente

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível longo prazo

PL = Patrimônio Líquido ou Social

Invest = Investimentos

Dep = Depreciação

Mant = Reformas e Melhorias

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a dimensão 10:
Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 10:
Recomendações da CPA:

1. Cópia da(s) Portaria(s) de nomeação dos membros da CPA;
2. Cópias do PDI (digital/impresso);
3. Cópias do PPI (digital/impresso);
4. Resultados do perfil do ingressante e do egresso (pesquisa realizada pela Instituição - digital ou impresso);
5. Resultados do ENADE e da avaliação do ensino;
6. Resoluções/Editais que estabelecem diretrizes e critérios para a pesquisa institucional e a iniciação científica;
7. Resoluções/Editais que estabelecem diretrizes e critérios para a política de extensão e prestação de serviços;
8. Relatório de responsabilidade social da IES (impresso/digital);
9. Cópias e/ou exemplares de informativos utilizados pela IES na comunicação com a comunidade (interna e externa);
10. Plano de carreiras e salários;
11. Organograma institucional;
12. Estatuto e regimento da Fundação e da Universidade;
13. Planos de gestão: planejamento de centros/departamentos/cursos;
14. Instrumentos de avaliação institucional e outros;
15. Editais de seleção (disponibilizar arquivo);
16. Editais de regulamentação das bolsas (forma de distribuição);
17. Planilhas contábeis;
18. Plano de capacitação de docentes e funcionários;
19. Demonstrativos de execução orçamentária;
20. Plano Diretor de Expansão física;
21. Projeção de Fluxo de caixa;
22. Certidões Negativas (trabalhistas, encargos sociais);
23. Plano de Previdência Complementar;
24. Comprovantes de depósitos de pagamentos de salários.

- BELLONI, I. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente. In: FÁVERO, M. de L. (Org.). A universidade em questão . São Paulo: Cortez, 1989.
- BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção p. 3, 14 abr. 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 12, 12 jul. 2004.
- DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (orgs.). Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Instrumento de avaliação externa das Universidades. Versão Preliminar. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2005.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Roteiro de auto-avaliação institucional: orientações gerais. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004.
- Leite, Denise. Reformas universitárias: avaliação institucional participativa / Denise Leite. Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.
- REVISTA DA REDE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Campinas: Unicamp, v.9, n.1, mar. 2004.
- \_\_\_\_\_. Campinas: Unicamp, v.9, n.4, dez. 2004.
- SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. [s.l.], 2003. Mimeografado.
- STAKE, R. Novos Métodos para avaliação de programas educacionais. In: GOLDEBERG, Maria Amélia Azevedo e SOUZA, C. P. de (orgs.). Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias e desafios. São Paulo: E.P.U., 1982.
- UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. Pró-Reitoria de Ensino. Avaliação Institucional: docente, discente, organização didático-pedagógica, infra-estrutura. (Resultados 2003). Itajaí, 2004.
- VROEIJENSTIJN, A. Melhoria e Responsabilização: Navegando entre Cilas e Caríbdis. Manual de Avaliação Externa da Qualidade no Ensino superior. CRUB. Estudos e Debates. 18. Jul.1996.